



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

ATA Nº 03/2026
DA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE NISA
DE
16 DE JANEIRO 2026

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'H' and a checkmark.

Abertura da Reunião

Aos dezasseis dias do mês de janeiro do ano de 2026, na Vila de Nisa, Casa das Memórias, na Rua da Cadeia Velha, nº 2, compareceram, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a fim de se realizar uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa, convocada nos termos do disposto nos nºs 1 e 2 do art.º 41º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, através do Edital Nº 9/2026, com data do dia 14 de janeiro e remetido, através de protocolo e correio eletrónico, a todos os Eleitos deste Executivo, acompanhado do Ofício Nº 56 da mesma data.

Faltou o Vereador, senhor João José Cabim Malpique Rufino, conforme comunicação apresentada através do e-Mail de 14 de janeiro de 2026.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Presidente da mesma e da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do Art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quando eram 11H00.

Compareceu, também, a esta Reunião, o Assistente Técnico, Senhor António José Tomás Martins, da Divisão Administrativa Financeira.

Procedeu-se, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos desta mesma reunião, sendo que os resultados e respectiva votação, é a que para o mesmo a seguir se indicam e de que é lavrada a respectiva Ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO Nº 1 – Presidência - Deliberação Nº 15/2026

Modificação ao Orçamento e às GOPS'S (Orçamento de 2025 com as modificações introduzidas à data de 31 de dezembro de 2025).

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 1/2026, datada de 14 de janeiro de 2026, da Presidência o Executivo Reunido **aprova** por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, com declaração de voto e Vereador, Dr. José Leandro Lopes Semedo 1 abstenção por parte da Vereadora, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, com declaração de voto e 1 (um) voto contra com declaração de voto por parte da Vereadora Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a a 1ª Alteração ao Orçamento e às GOP'S de 2026 (orçamento corrigido de 2025), nos termos das disposições previstas na alínea d) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro, em conjugação com as disposições previstas no nº 4 do artigo 46º-A da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, ambas na sua redação atual, que resulta num reforço de 5.503.877,00 euros.

Intervenções:

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse ser uma proposta da Presidência e que aqui o que é necessário assegurar de forma integral e regular o orçamento de 2025 para aquilo que é o ano civil em que nos encontramos, que é o ano de 2026, é uma situação excecional, como havia já mencionado na reunião anterior e pouco

importa agora a reunião anterior, porque ao abrigo daquilo que é essa transição e decorrente do calendário eleitoral, existe uma situação de execução do orçamento do ano anterior que devem ser consideradas com as modificações aprovadas a 31 de dezembro e obrigando isto a uma transição formal dos compromissos assumidos, dos cabimentos, dos saldos, porque sem isso fica-se impedidos daquilo que é assumir a nova despesa.

Disse também que é para desbloquear o normal funcionamento da autarquia e não apenas naquilo que diz respeito às despesas urgentes e obrigatórias, como sejam os vencimentos, os encargos sociais, os combustíveis, os seguros e compromissos, mas também utilizar este momento que servirá para reforçar rubricas que se revelam insuficientemente dotadas e compensadas pela anulação das dotações, dizendo que não querendo rebuscar aquilo que foi o documento trazido na reunião anterior e compreendendo qual é que foi a estratégia evidenciada pela Divisão Administrativa Financeira que era neste caso retirar esforço de determinadas rubricas em prol daquilo que é o projeto, que será aquilo que é o entrave, na construção dos documentos, nomeadamente do orçamento de 2026 e que foi também discutido porque existe um ponto que tem a ver com o assumir de uma despesa sobre o serviço de dívida para fazer complementar esta obra, após algum acompanhamento e elucidação de questões colocadas à própria AIRC de como é que se poderia minimizar e numa outra estratégia toda esta questão esquecemos, portanto, o esgotar as rubricas, portanto, até ao limite da dívida da ponte Internacional sobre o Rio Sever, independentemente de se estar a olhar para uma questão que é a formalidade desta transição, ela não está dissociada também da construção do orçamento, olhando o projeto da ponte Internacional sobre o Rio Sever existe verba, tinha-se a dotação em 2025 e tinha-se dotação também em 2026, sendo que a questão que aqui se coloca é como é que neste momento, sem ter essa necessidade de se fazer face aos vinte milhões, porque não há empréstimo sequer negociado, se pode ultrapassar esta matéria e aquilo que foi indicado pela AIRC foi que era isso era simples, dotando-se a situação apenas do financiamento do PRR no ano de 2026 e daí justifica-se reforço apenas daquilo que resta do PRRE reportando o remanescente para 2027. Não havendo preocupação agora com a questão de a execução física ter de acontecer em 2026, porque dará tempo naquilo que é a preocupação e que não vão em tempo até, negociar o orçamento de poderem fazer a negociação do empréstimo e a seguir fazer-se uma alteração, uma revisão ao orçamento com a consideração desse serviço da dívida nessa matéria compreendendo toda a logística e envolvendo aqui o esforço da Secção Financeira, verifica-se que existem apenas a necessidade de reforço de 3 rubricas que são aquelas que estão mencionadas e apenas reforçar com a receita do PRR no valor máximo deduzido. retirar esse valor e colocar o remanescente de receita PRR., sendo essa a estratégia, havendo um senão na proposta da Presidência à que apela à consideração e que terá sido notado no parágrafo que diz na página 2 "de forma a equilibrar a alteração orçamental, procedeu-se à anulação da rubrica" não sendo "procedeu-se à anulação da rubrica", mas sim "procedeu-se da anulação em rubrica", sendo de facto uma dedução, mas nos mapas da AIRC que têm, o que lá diz no cabeçalho é Anulação, sendo dedução, deduz-se uma parte e não se anula a rubrica, tendo isso que ficar em ata que esta retificação é aqui a anulação em rubrica do valor dos 107000, identificando-se aqui, apenas Aquilo que é a alteração que é

aqui proposta, em termos de dotar rubricas que são insuficientes neste momento para o efeito.

- O Assistente Técnico, Senhor **António José Tomás Martins** referiu que na rubrica 02.01.03.09.01, seguros e Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais tem-se uma dotação de 43.032 euros, tendo que se realizar 44.437,64 euros, na rubrica do gasóleo, 02.01.02.02, tem-se uma dotação de 222.157 euros, precisando de se dotar com 250.060,21 euros, na rubrica transportes, 02.02.10, tem-se uma dotação de 1.000 euros e tem que se regularizar 1.432,80 euros, na rubrica 02.04.05, Associações de Municípios, tem-se uma dotação de 225.771 euros e precisa-se reforçar com 298,729,20 euros.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse ter estado a ler o documento parecendo-lhe muito bem explícito, disse ter também esse reparo na folha número 2 que acho que onde dizia a anulação da rubrica devia de ser dedução da rubrica e no último parágrafo, onde diz, "propõe-se à Câmara proceda à aprovação", pensa haver aqui uma troca, porque diz assim, "nos termos das disposições previstas na alínea d) do número 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e não da 73 e em baixo onde diz 75 é 73, tendo havido aqui uma troca de Leis.

- Vereadora, Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, em primeiro lugar pediu desculpa pelo atraso, dizendo que hoje tinha-se aqui a ausência de um membro do executivo, uma vez que face ao documento que foi entregue, no dia 14 de janeiro pelas 17H32, o Vereador João Malpique terá informado que não iria estar nesta reunião, pensando que deve ser salientado, porque, neste momento, o poder e a posição em termos de votação serão distintos, porque o senhor presidente poderá sempre usar o voto de qualidade para passar esta proposta, mas mesmo assim, pretende referir dois factos, o primeiro dos factos, é dar os parabéns pela proposta aqui apresentada, já que está bem elaborada, muito diferente da anterior proposta, mais concisa sobre a problemática que é necessário resolver para poder lançar o orçamento de 2026, entendendo que esta verba de 5 milhões por causa da receita PRR é fundamental e também entende que os valores que aqui estão para outras despesas são residuais, não têm impacto significativo. Apraz-lhe perceber isso, contudo salienta a necessidade urgente para que depois desta votação se possa avançar para o orçamento, uma vez que se está a chegar ao término do prazo, em termos de oposição neste momento tanto faz aprovar ou não porque a proposta passará sempre.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que muitas vezes a pressa é inimiga da perfeição, compreendendo o que levou à Chefe de Divisão a apresentar a proposta, porque tinha dois problemas em mente, a questão de como é que se iria fazer face, à complementaridade da ponte são vinte milhões, são vinte milhões, compreendendo qual é que foi o sentido da questão, confessando que também vendo, a situação de que no curto prazo se resolveria a questão do serviço de dívida, independentemente de consultas prévias, que era uma solução que era imediata, ou seja, para dotar a execução do orçamento transitado 2025 com a dotação da respetiva rubrica na

sua totalidade na Ponte Internacional, não tendo na altura colocado qualquer questão à AIRC porque se se resolver, porque há uma vontade conjunta desta matéria, a questão do empréstimo, isto através de uma alteração e revisão ao orçamento, conseguir-se-á trabalhar. Confessando, que como acabou de dizer através de alguns esclarecimentos adicionais e técnicos, que a estratégia ainda bem que não passou e os serviços, percebeu depois em termos da globalidade dos serviços que houve essa perceção de que ainda bem que a situação não passou, resolver-se-ia o problema, sim, mas estrangular-se-ia a situação se não se conseguisse fazer face a um serviço de dívida logo nos quatro, cinco primeiros meses, sendo bom também falar-se com técnicos do exterior, porque muitas vezes se está formatado com realidades em que se quer resolver e urge resolver, porque não só fisicamente mas financeiramente tem-se um projeto em mãos e tem que existir um desenlace de várias situações e essa estratégia que lhe é apresentada, que depois também discutiu com o diretor de serviços de uma autarquia aqui das redondezas, lhe diz que que não tem que se preocupar nesta questão, colocando a questão de outra maneira, supondo-se que o orçamento não é aprovado, é exatamente o mesmo cenário, o que vai ter que se fazer é depois mesmo, com o orçamento não aprovado, gerir com a oposição para que se dote aquele projeto, do financiamento necessário, se ele é necessário em 2026, se ele é necessário em 2027, não tendo que se ter agora essa preocupação, sendo que aquilo que se recomenda seja dotar-se a rubrica apenas do financiamento que existe, tendo-se duas partes, o financiamento PRR e o orçamento de Estado, achando que até só foi considerado o orçamento do PRR e em boa verdade não se vai anular isto na fase da construção do orçamento, não se vão anular pretensões que possam ser admitidas por nós, mas também possam ser recebidas da oposição em que se pode aqui introduzir outros projetos não se estando a descapitalizar as respetivas rubricas correspondentes sendo talvez essa a matéria, sendo que aquilo que é aqui trazido são apenas as rubricas necessárias de intervenção imediata, indo-se proceder em conformidade em função da votação de hoje.

Relativamente à votação, parte do princípio que se está a trabalhar, comumente, independentemente da votação que será efetuada, sendo isto uma transição administrativa, relativamente ao orçamento é outra questão e a questão, se passar ou não passar, não é o facto, não tendo sido marcada a reunião pela ausência do Vereador Senhor João Malpique. Se tivesse tido, esta sua informação em tempo da parte da AIRC, a reunião tinha acontecido ontem, tendo falado nisso na última reunião.

- Vereadora, Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse que quando se tem um executivo a governar ele define prioridades, definiram-se as prioridades de desenvolvimento e apresentaram-nas como tal, as quais são refletidas em orçamento. a sua posição é mais técnica que política, não estando aqui num vislumbre político para o futuro, porque hoje está viva e amanhã pode não estar. Por tal a sua posição é de que nunca avançaria para uma ponte nestas condições, mais, o governo tinha que estar ao seu lado em todos os sentidos, desde o momento que o projeto passou de 10 milhões para mais de 20 milhões, eu nunca hipotecaria o orçamento da câmara para construir esta ponte. Estão agora a pedir para validarem uma posição, não estando contra a ponte, não aceita é esta opção de financiamento, não achando logico a forma de financiamento, sendo um projeto apresentado

pelo nosso primeiro ministro, maior deveria ser a envolvimento do governo, agora tem-se o menino nos braços e tem que se trabalhar com ele. Se lhe perguntarem se tinha outras alternativas, tinha sim e muito mais logicas do que a construção de uma ponte deste modo. Está aqui, tem que se sair disto, mas não quer dizer que esta tivesse sido a sua opção.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, disse que este trabalho paralelo está a acontecer, não sabendo no tempo, nem financeiramente há um assumir de posições e o Governo está ao nosso lado relativamente a este projeto, porque é o único projeto dos três é o único projeto que resiste, sendo evidente que o conforto tem que acontecer, mas neste momento não se vão trazer cartas para a mesa que não existem factualmente, é uma expressão e é uma vontade conjunta de muitas entidades e vimos daqui de uma reunião técnica acontecida também com outra entidade espanhola em que se está a trabalhar também porque é entendido o projeto, como sendo um projeto estruturante para o para o território, sendo preciso sabê-lo aproveitar, não sendo só ter uma ligação entre dois povoamentos, não abandona a questão da ponte Internacional, continuará a trabalhar como fez durante os últimos 4 anos em matéria, sendo evidente que é diferente ter-se um financiamento de onze milhões e seiscentos mil euros face a uma obra de vinte milhões, sendo isso verdade e não põe isso em causa, mas isso tem que levar o seu tempo, referindo que ainda antes de ontem, numa comunicação que fez ao Ministério da Coesão Territorial, reforçava a preocupação, quatro anos e meio desde a assinatura do contrato, sendo que mais de 2 anos são comprometidos não por responsabilidade própria, só neste último ano e foi um ano de espera, de atos administrativos entre governos, sendo isto um desespero autêntico, como é que se pode medir um projeto, comparativamente a nível do Pacto é fácil de trabalhar. há aquelas verbas, às vezes nem se sabe onde é que se vão aplicar, porque, como se sabe, a construção do Pacto impõe, distribuição de verbas em prioridades de investimento, são impostas, havendo rubricas que não faz sentido da mesma maneira que quando se abrem avisos, não pode haver avisos abertos a duzentos mil euros, candidaturas a duzentos mil euros quando a dotação dos municípios é de cinquenta ou cem mil euros, havendo que encontrar estratégias, dizendo que aquilo onde quer chegar é dotar os municípios ou dotar os avisos, dotar a abertura de avisos com verbas disponíveis é no sentido da sua execução, pelo que estar-se parado no tempo à espera de realidades exteriores, não estando a imputar culpas a ninguém porque é como é, o Reino de Espanha só reúne as cortes 2 vezes por ano, não podendo ser ele a dizer, que reúnam as cortes para explicar uma ponte, tanto mais que e a título comparativo e muitas vezes se fala da ponte de Alcoutim, sendo isso caricato, então como é que se pode avançar do outro lado se é um projeto transfronteiriço, se do outro lado não querem assumir a ponte, o de Bragança, dizia mesmo que nem contou com o projeto, porque eles nem querem ouvir falar na passagem e independentemente de questões políticas à parte e porque a diferença de evolução, como se sabe dos quadros políticos lá do outro lado mudou, sendo Impecáveis e como diz tecnicamente tiveram uma reunião antes dessa, ficando estupefactos à proatividade relativamente a determinadas situações.

- Vereadora, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, disse ter ainda uns apontamentos relativamente á apresentação do ponto, não entendendo muito bem o facto de terem

convocado a reunião extraordinária, uma vez que segunda feira também há uma e este ponto poderia estar lá agendado, tendo-lhe sido respondido que havia vencimentos para pagar, sendo que a sua preocupação na última reunião teve a ver mesmo com esse assunto, daí ter ficado muito preocupada porque os vencimentos dos trabalhadores poderiam estar em causa e quando viu aqui a proposta e o e o orçamento e como viu que a proposta estava muito bem redigida, até pensou que na alteração que isso estivesse contemplado, sendo a sua preocupação relativamente aos funcionários e, no seu entender, se a preocupação era mesmo os vencimentos dos funcionários, porque isto é mexer com a vida das pessoas continuando a dizer que isso já poderia ter sido feito, achando que se as preocupações fossem realmente a parte dos orçamentos, sabendo que há outras preocupações como a ponte, o gasóleo, deveria vir aqui explanado e não vem., não estando aqui a parte dos vencimentos, tendo sido explicado que ao transferir-se o orçamento retificativo não pode haver nenhuma rubrica sem dotação e nesse caso dos vencimentos houve três que não tinham, só que a aplicação não deixou passar o orçamento sem que todas as rubricas estivessem dotadas.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra** explicou não haver problemas de dotação para vencimentos, existindo problemas de dotação para 3 rubricas, por isso tem que retirar, ou seja, anular de um lado para reforçar em três, neste momento. Felizmente aquele que é o resumo de tesouraria é acima dos dois milhões de euros, não havendo esse problema, o que se tem é um procedimento administrativo de transferência das dotações dos compromissos por exemplo como se está a trabalhar no orçamento por compromissos 2025 a transição é de oito milhões, cinco milhões só da ponte, sendo o que se está aqui a fazer, não se estando aqui a discuti-los relativamente às dotações das despesas obrigatórias, elas estão munidas de verba, não sendo esse o problema.

Declaração de voto CDU, Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**

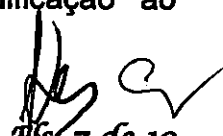
"DECLARAÇÃO DE VOTO

**MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP (ORÇAMENTO DE 2025 COM
MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025)**

A proposta agora apresentada, suscita-me algumas dúvidas em relação à sua legalidade. O argumento apresentado relativamente à urgência da aprovação da modificação ao Orçamento e GOP, alegando a necessidade de garantir os vencimentos do mês de janeiro, não tem tradução nas alterações propostas no documento enviado aos Vereadores, uma vez que aí não se verifica nenhum reforço dessa verba. Entendo, assim, que esta necessidade não se verifica e havendo, desta forma verba disponível para garantir os vencimentos dos funcionários.

Não compreendo a marcação de uma reunião extraordinária para sexta feira, dado que na segunda feira seguinte está marcada uma reunião ordinária.

Assim sendo, manifesto a minha discordância, votando **CONTRA** a modificação ao Orçamento e GOP.


Fls. 7 de 10

Nisa, 16 de janeiro de 2026

A Vereadora da CDU”

Declaração de voto Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**:

“Declaração de voto - Relativamente à Proposta da Presidência n.º 1/2026, datada de 14 de janeiro de 2026, referente à Modificação ao Orçamento e às GOP's, declaro o meu voto de abstenção.

Abstenho-me apenas para não bloquear atos estritamente necessários ao funcionamento do Município, como processamento de compromissos, emissão de ordens de pagamento e despesas obrigatórias. No entanto, não posso deixar registado que a presente proposta é o reflexo direto de uma gestão tardia, desorganizada e sem planeamento, que coloca a Câmara Municipal numa situação que nunca deveria existir logo no início do ano.

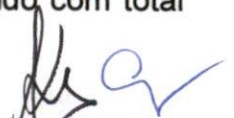
É particularmente grave que, a 14 de janeiro, a Câmara Municipal ainda não tenha apresentado e aprovado, em tempo útil, o Orçamento Municipal para 2026, obrigando a Autarquia a funcionar em regime transitório. Mais grave ainda é que o próprio documento reconhece expressamente que, “até à conclusão do processo de transição orçamental (...) o município encontra-se impedido de assumir nova despesa”, o que demonstra o bloqueio administrativo e financeiro em que o Município se encontra e o impacto real desta falta de planeamento na atividade municipal e nos serviços.

Este atraso, além de representar um enorme transtorno interno, compromete a previsibilidade, a capacidade de execução e a credibilidade da gestão municipal. Acresce que o Senhor Presidente da Câmara integrou o anterior Executivo como Vice-Presidente, pelo que esta realidade não pode ser justificada por desconhecimento ou imprevisibilidade: trata-se de um problema de preparação e liderança política.

Quero ainda deixar registado um aspeto que considero especialmente preocupante: esta proposta está diretamente associada ao projeto da “Ponte Internacional sobre o Rio Sever – Ligação Transfronteiriça”, cuja empreitada tem um custo total de 20.403.251,41 €, sendo referido que o investimento se encontra cofinanciado pelo PRR no montante global de 10.639.219,57 € e por fundos do Orçamento do Estado no montante de 956.780,43 €, bem como a necessidade de reforço de receita PRR no valor de 5.503.877,00 €.

Ora, perante valores desta dimensão, não posso deixar de alertar para o risco financeiro futuro que pode resultar da intenção já manifestada pelo Senhor Presidente de avançar com um empréstimo na ordem dos 8,5 milhões de euros para financiar a parcela que falta ao investimento. Um empréstimo desta magnitude poderá condicionar fortemente os orçamentos municipais futuros, reduzindo capacidade de investimento noutras áreas e comprometendo margem financeira do Município.

Acresce um risco adicional que não pode ser ignorado: sendo este um projeto com financiamento PRR, existe um calendário de execução exigente, e caso a obra não seja concluída dentro dos prazos definidos, pode colocar-se a possibilidade de perda de financiamento e eventual devolução de verbas, com consequências gravíssimas para a Câmara Municipal. Perante o grau de atraso, desorganização e falta de planeamento evidenciados no arranque deste ano, considero que este risco deve ser assumido com total



Fls. 8 de 10

seriedade, devendo o Executivo garantir desde já transparência, cronograma, capacidade de execução e acompanhamento rigoroso.

Assim, abstenho-me exclusivamente por responsabilidade institucional e para não impedir o regular funcionamento do Município, mas deixo registado que esta proposta evidencia uma condução do processo orçamental marcada por falta de planeamento, improvisação e atraso injustificável, colocando em risco não só o funcionamento dos serviços, mas também a sustentabilidade financeira municipal e o cumprimento das metas associadas a investimentos estruturantes, como a obra da Ponte Internacional.

Nisa, 16 de janeiro de 2026

A Vereadora do PSD”

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse querer que conste em ata que relativamente às declarações de voto aqui trazidas que nunca esteve em causa a dotação respeitante aos vencimentos, por isso não poderiam ser apresentadas nesta proposta da Presidência aqui trazida, apenas o que consta e que decorreu desta reunião foi uma votação para a transição integral e regular do orçamento 2025 para 2026, traduzindo-se, num ato administrativo puro e simplesmente refutando qualquer falta de responsabilidade, desorganização mencionado pela Senhora Vereadora Fernanda Policarpo, porque tendo em conta, independentemente de ser Vice-Presidente no executivo anterior, aquilo que está claramente expresso, portanto em termos de legislação, é a situação excecional que decorre exatamente do calendário eleitoral, tendo-se 90 dias para apresentar o orçamento. Evidentemente que até ao momento existem desenvolvimentos marcantes e quase conclusivos, exceto aqui também a participação da oposição nas propostas a incluir em orçamento que não reflete desorganização relativamente àquilo que é a gestão municipal, existiram constrangimentos, existiu uma estratégia delineada, relativamente, àquilo que é aqui trazido para a transição integral e regular, ela era necessária, sendo um ato administrativo, poderia ter sido feito anteriormente, não tendo sido feito pela condicionante que aqui foi amplamente manifestada de um projeto, principalmente que impossibilitou esta situação, por isso refuta completamente, desorganização, bem pelo contrário, o envolvimento dos serviços, dos colaboradores tem caracterizado a preocupação extrema em poder apresentar documentação necessária, apresentar propostas em termos daquilo que são as revisões correntes, nas transições de exercícios económicos e estão refletidas nessa preparação documental que irá ser trazida e discutida em sede de reunião próxima a agendar.

PONTO Nº 2 –SEA – Deliberação Nº 16/2026
Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem.

A presente Minuta, depois de lida em voz alta aos Eleitos presentes foi aprovada por Unanimidade, para efeitos de eficácia externa imediata legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pelo que poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta, nos termos e para cumprimento do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei acima referida.

Encerramento da Reunião.



Fls 9 de 10

A presente Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pelo Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do Artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quando eram 11h50.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata, conforme o disposto no nº 1 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, é constituída por 10 folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA REUNIÃO,



(Dr. José Dinis Samarra Serra/ Pres.
CMNisa)

O COORDENADOR TÉCNICO,



(António da Piedade Pimpão Crespim/
Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada no dia

04 de maio de 2026 e aprovada por: MAIORIA

- Favor:4 (quatro) votos (PS, PSD,CDU;)

- Contra: 0 () voto com declaração de voto ()

-Abstenção: 1 (um) abstenção (CDU)